

DEMO, Pedro.

Dureza: pobreza política de mulheres pobres.

Campinas: Autores Associados, 2005.

Kátia Regina Frizzo*

As últimas pesquisas realizadas pelo IBGE no país têm revelado importantes alterações no perfil demográfico da população. O último censo revelou que cresceu de forma surpreendente o número de lares chefiados por mulheres, em todas as regiões do país. A informação é importante, pois revela que mudanças estão em curso na história da família brasileira. O livro de Pedro Demo explora uma faceta importante desses fatos.

A começar pelo título, Pedro Demo discute a pobreza sob seu aspecto político para além da pobreza material e econômica. Para tanto, desenvolve ao longo do livro a discussão dos dados revelados em sua pesquisa, em Brasília, no ano de 2003, com duzentas empregadas domésticas e vinte mulheres chefes de domicílios.

Na primeira parte, o autor faz uma discussão aprofundada sobre a pobreza, utilizando-se do referencial marxista, por meio de autores como Boaventura de Souza Santos e Mészáros. Pedro Demo revisita os principais conceitos econômicos e sociais, como o de capital e capitalismo, os conceitos e definições de pobreza utilizados pelas agências internacionais, refletindo com o auxílio dos demais autores a respeito das conseqüências do sistema econômico capitalista sobre as relações sociais. Um conceito especialmente útil para entender a posição do autor é o conceito de sociometabolismo do capital utilizado por Mészáros para situar os reflexos das relações econômicas sobre as condições sociais. Pedro Demo não poupa críticas ao neoliberalismo e às propostas ingênuas que não têm soluções viáveis para as questões sociais geradas pelo sociometabolismo do capital. Ao trabalhar com o conceito de exclusão, o autor recupera a lúcida visão da pobreza, reafirmando seu caráter político: com efeito, a pobreza não é um resultado de políticas mal implementadas, mas ela é produzida pelo sociome-

* Doutora em Psicologia; docente da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc; katia.frizzo@unoesc.edu.br

tabolismo do capital, do qual resta a conclusão de que seu crescimento em nível global não deve nos surpreender, já que o sistema capitalista produz e conta com esse fenômeno para construir seu exército de reserva permanente. É importante ressaltar, também, que o autor separa as noções de capital e mercado, em geral, e de capitalismo e mercado capitalista, recuperando para os primeiros uma certa dignidade, já que se tratariam de fenômenos presentes em qualquer tipo de sociedade histórica. Para ele, o mercado capitalista é excludente por natureza, e não há qualquer possibilidade de regulação pela via do mercado para as relações sociais entre pobres e ricos. Entretanto, ressalta ele que é necessário recuperar a visibilidade da face política da pobreza, pois é nela que reside a possibilidade de superação da condição econômica dos pobres.

Em seguida, Pedro Demo dedica-se a costurar a relação entre política social e capitalismo, desvendando as principais implicações da discussão anterior para as relações entre o Estado dentro de um sistema capitalista e as políticas sociais pelas quais ele se torna responsável. A pergunta que guia o autor ao longo da seção: “[...] é viável uma política social preventiva, redistributiva e emancipatória no capitalismo?” (p. 59). O autor alinha-se com os demais autores marxistas, principalmente Mészáros, pois afirma categoricamente que não e utiliza para corroborar sua afirmação cinco argumentos. Em primeiro lugar, a política social só pode ser resolutiva e transformadora se ela enfrentar o problema da redistribuição da riqueza, e não apenas da distribuição, que jamais é da riqueza, mas sim dos restos da apropriação privada do capital. O autor afirma que a política social capitalista encobre as desigualdades sociais, pois reserva as “[...] políticas sociais qualitativas [...]” (p. 62) para os ricos, e as “não-qualitativas” para os pobres, explicando “[...] com base em leis que proíbem discriminar o cidadão, protege-se o rico, enquanto obriga-se o pobre a confrontar-se com o rico com armas primitivas.” (p. 62). Nessa ótica, para focalizar os pobres, seria necessário ou imprescindível “prejudicar” os ricos, a fim de promover a redistribuição. O segundo aspecto levantado pelo autor refere-se à distinção entre capitalismo e capital. Na visão do autor, toda sociedade desenvolve mercado, mas nem todo mercado é capitalista. O capital, portanto, na lógica do autor, é fenômeno próprio de toda sociedade e pode ser colocado ao dispor do bem comum, por intermédio do Estado. É nesse sentido que podemos compreender a afirmação do autor de que “[...] o que cumpre combater é o sociometabolismo do capital incontrolável que se superpõe à sociedade. Nesse sentido, pode-se imaginar que poderíamos ter outros tipos de sociometabolismo, menos predatórios, por exemplo.” (p. 64).

O terceiro argumento levanta a questão da qualidade política da população e da necessidade de educação para a construção social da cidadania. Esta é uma condição vital para a democracia e, sem ela, a população fica à mercê da política clientelista mais rasa, em que se oferecem benefícios materiais, facilmente confundidos com privilégios, sob a lógica e o discurso perversos da igualdade. A quarta questão trata da sustentabilidade do desenvolvimento capitalista, atravessando a polêmica da apropriação privada e da propriedade coletiva em seus desdobramentos pragmáticos. Sem defender o coletivismo absoluto em seus exemplos históricos, Pedro Demo recoloca a necessidade de se enfrentar a questão dentro do paradigma democrático. Por fim, o autor discute a questão do trabalho, por meio das questões polêmicas da desregulação dos direitos trabalhistas, do trabalho informal e formal sob o capitalismo, da formação do exército de reserva tão caro e apreciado pelo sistema capitalista, denunciando a perversidade do neoliberalismo e a insustentabilidade antiética do sociometabolismo capitalista.

Na terceira seção, o autor apresenta os principais aspectos da mulher trabalhadora revelados pelos últimos dados do IBGE. Trabalhando apenas com os dados secundários, o autor revela a importância de sua escolha ao pesquisar o universo das mulheres pobres. Ao apresentar os dados relativos à condição da mulher trabalhadora, Pedro Demo seleciona de forma muito competente os dados das PNADS e do Censo 2000 para demonstrar ao leitor que, se a mulher vem conquistando seu espaço no mercado de trabalho, rompendo barreiras históricas de subordinação, sua condição revela mais uma face da perversidade do neoliberalismo capitalista, pois sua atividade concentra-se nas funções pior remuneradas, cobrando especial interesse à função de serviço doméstico remunerado, no qual se concentra a maior parte das mulheres em atividade remunerada no país. A função de empregada doméstica também revela a face discriminatória do trabalho, pois não é considerada atividade qualificada, uma vez que “basta ser mulher” para poder exercê-la. O trabalho doméstico revela, assim, sua desvalorização social, porque parece intrínseco à condição feminina. Os dados de 1995 revelam a realidade da profissão: poucas trabalhadoras têm carteira assinada (82%), com distribuição desigual nas grandes regiões do país; a maioria esmagadora apresenta baixa escolaridade, com primeiro grau incompleto (89,2%), é relevante o percentual de 27,7% sem nenhuma escolaridade. Em todos os aspectos, a desigualdade regional se repete, revelando os piores índices das regiões Norte e Nordeste, e os melhores quanto às regiões Sul e Sudeste. Ao analisar os dados referentes às mulheres chefes de domicílios, o fenômeno revela-se tipicamente

urbano, pois somente 8,6% dos casos situavam-se no meio rural. Entretanto, é um fenômeno que cresce, tanto entre as mulheres com maior renda e escolaridade como entre as mulheres mais pobres. O problema maior é, segundo o autor, que entre as mulheres mais pobres, geralmente encontramos maior número de filhos, o que equivale a dizer que, sem poder de escolha, muitas crianças e adolescentes vivem em lares pobres, chefiados por mulheres cuja renda é precária.

Ao mencionar a temática da pesquisa, o autor nos prepara para as reflexões das seções seguintes, que tratam da pobreza política das empregadas domésticas e das chefes de domicílios. Na quarta seção, Pedro Demo apresenta os resultados de sua pesquisa com duzentas empregadas domésticas, realizada em Brasília, em 2003; destas, cem mulheres tinham mais de cinco anos na atividade e cem com menos de dois anos. A maior parte delas veio de outros estados, principalmente Maranhão, Piauí, Bahia e Goiás, fugindo da miséria no ambiente rural. Sem estudo, ou com baixíssima escolaridade, encontrou na atividade fácil aceitação. Entretanto, boa parte já dispunha de parentes e outras pessoas que garantiam os contatos para as colocações. A remuneração segue o padrão nacional, com poucas mulheres que ganham acima de dois salários mínimos. Apresentando o perfil das estabelecidas e das empregadas com menos de dois anos de trabalho, o autor revela por meio de dados quantitativos e qualitativos a realidade das empregadas: para fugir de destinos piores nos estados mais pobres do país, elas buscavam melhores perspectivas em Brasília, mas logo se deparavam com a face excludente do sociometabolismo capitalista do trabalho; com pouca qualificação, submetem-se a trabalhar como empregadas, fazendo o serviço doméstico por horas intermináveis, já que boa parte morava no serviço. Não sabem muito bem para que serve o sindicato, nem consideram necessário qualquer tipo de aperfeiçoamento para exercerem a profissão. A pobreza política revela-se na falta de consciência sobre sua posição social, quando a maioria não se reconhece como pobre e considera sua condição como resultado dos desígnios de Deus. Também acham que as coisas seriam melhores se os ricos dividissem a riqueza com os pobres, esperando que a libertação venha do próprio opressor, sem reconhecer a face política de sua condição. O exame atento dos dados das empregadas recém-chegadas ao mercado permite uma surpreendente constatação – o tempo na profissão não faz nenhuma diferença para essas mulheres. Uma vez empregadas como domésticas, elas se conformam com o mínimo de condições, direitos e consciência.

A situação das mulheres chefes de domicílios não é muito diferente. Com a mesma origem socioeconômica, a maior parte se reconhece como pobre. Apesar

de nem todas terem companheiro, mais da metade não viam como importante sua presença, chegando a reconhecer que um companheiro pode atrapalhar a convivência familiar. Deve-se considerar que parte dessas mulheres tem filhos de vários relacionamentos, o que dificulta a convivência com os demais membros da família. As mulheres entrevistadas eram clientes de um centro de assistência a famílias em situação de vulnerabilidade social, e todas tinham filhos. Entretanto, mais de 60% não tinham a intenção de viver da assistência, uma vez que afirmaram preferir viver com recursos próprios. As demais aceitavam melhor as condições, mas todas revelavam, em menor ou maior grau, consciência de que a assistência era necessária para oferecer melhores condições aos filhos, no momento. Entretanto, ressalta o autor que as mulheres revelavam extrema habilidade como chefes de família, mostrando como organizavam o cotidiano de afazeres, trabalho, cuidado com os filhos e a casa. Em sua pobreza política, as mulheres chefes de domicílios reconheciam a necessidade da assistência que recebiam, dedicavam todo o esforço à manutenção da família, preferiam trabalhar a necessitar de ajuda, revelavam não precisar de homens para tocar a vida e revelam-se peça essencial de qualquer política social, pela responsabilidade familiar e conseqüente distribuição dos recursos às famílias.

Por fim, o autor ressalta a conclusão fatal de todo o livro: a pobreza política revela-se de forma extremamente perversa na vida das mulheres pobres. Reduzidas à massa de manobra, elas constituem uma peça essencial das políticas sociais, mas não conseguem se apropriar dos elementos que lhes permitiam alterar sua condição, presas que são de uma visão fatalista de seu destino, reforçada pela religião. As alternativas neoliberais de política social no Brasil apenas têm reforçado a necessidade de assistência, não de auto-sustentação, mantendo a população cada vez mais dependente do sistema. Cabe ao Estado e à sociedade a tarefa urgente de promover a cidadania coletiva, pensando em alternativas para a pobreza que ultrapassem a mera provisão de necessidades materiais, para uma autêntica consciência de direitos e a reconstrução desse mundo com base em novas utopias sociais.

Por Kátia Regina Frizzo

